



XII MANDATO

ATA

Reunião ordinária pública de 22 de fevereiro de 2021

(Ata nº 87)

Ao vigésimo segundo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, pelas nove horas e trinta, realizou-se, por videoconferência, em cumprimento do artigo 3.º n.º 1 da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na redação que lhe foi conferida pela Lei 1-A/2021, de 13 de janeiro, e da deliberação camarária de 25 de janeiro de 2021, a reunião ordinária do executivo camarário, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (Coligação Juntos por Braga), com a presença do Sr. Vereador Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), da Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), da Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e da Sra. Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU), em substituição do Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU), na sequência de comunicação dirigida pelo próprio ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, nos termos do artigo 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atualizada.

Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas 09:35, confirmada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião.

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----DELIBERAÇÕES-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM 8 DE FEVEREIRO DE 2021 (Ata nº 86/2021) NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de 23 de outubro de dois mil e dezassete - **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE PELOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM 8 DE FEVEREIRO DE 2021.**-----

CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS: «*Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas no artigo 25º, nº K e do artigo 33º, nº 1, alínea m) do Regime Jurídico das Autarquias Locais: FREGUESIA DE SEQUEIRA, para a execução da obra denominada "Rua António Lourenço Martins – Trabalhos complementares", no valor de 18. 651.31 €.*» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS/FREGUESIAS: «*Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de apoios financeiros: a)- União das Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos, no valor de 5.535,00 €, para "Honorários para projeto do Alargamento da Rua de Sobremoure – Merelim S. Pedro" nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais. b)- Freguesia de Sequeira, no valor de 9.963,00 €, para "Honorários do Projeto da Rua Pedregal, Rua da Breia e Rua de Trás o Rio" nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais.*» **DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), DA SR.ª VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS**



PEREIRA (PS) E DA SR.^a VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS) E VOTO CONTRA DA SR.^a VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). -----

ANULAÇÃO DE RECEITA - REGULARIZAÇÃO DE FATURAS: «Da Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, submetendo à consideração do Executivo Municipal, nos termos do disposto no artigo 45.º da Norma de Controlo Interno e do artigo 12.º das Normas Regulamentares de Execução do Orçamento, a anulação da receita constante da proposta que se anexa. Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.» DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.^a VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA). ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.^a VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E A SR.^a VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS) E A SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). -----

TABELA DE PREÇOS - TANATÓRIO DE BRAGA - ANO DE 2021: «Da Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, submetendo à consideração do Executivo Municipal a proposta da tabela de preços a vigorar para o ano de 2021 no Tanatório de Braga, em conformidade com o preceituado na clausula 4.ª do Contrato n.º 93/2013 relativo à "Concessão, construção e concessão de exploração do Tanatório de Braga" e nos termos da proposta em anexo. Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.» DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.^a VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA). ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.^a VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E A SR.^a VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS) E A SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO

DE BARROS (CDU). Relativamente a este assunto, questionou o Sr. Vereador Artur Feio (PS) qual o ponto de situação relativamente ao estudo de impacte ambiental, pedido em tempos, face às queixas apresentadas pelos moradores da zona envolvente do Tanatório, tendo a Sr.^a Vereadora Olga Pereira (Coligação Juntos por Braga) esclarecido que neste momento apenas se aguarda que termine o procedimento administrativo que permitirá contratar a empresa que apresentou o preço mais baixo. -----

DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 349,35 M2, CORRESPONDENTE A 178,35 DE ESPAÇOS VERDES E 171,00 M2 DE EQUIPAMENTOS, SITA NO ENTRONCAMENTO ENTRE A RUA DA PÓVOA E A AVENIDA DE S. PEDRO – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GUISANDE E OLIVEIRA S. PEDRO – BRAGA: *«Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista a aprovação da Assembleia Municipal, proposta de desafetação de uma parcela de terreno, com as áreas de 349,35 m2, correspondente a 178,35 m2 de espaços verdes e 171,00 m2 de equipamentos, sita no Entroncamento entre a Rua da Póvoa e a Avenida de S. Pedro, União de freguesias de Guisande e Oliveira S. Pedro, em que é requerente Vítor Miguel Martins da Silva. Tem informação circunstanciada da Divisão de Património. Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.»* DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.^a VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA). ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.^a VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS), A SR.^a VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS) E A SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). -----

PLANO COVID 19 – PROPOSTA DE ISENÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELA OCUPAÇÃO DOS QUIOSQUES INSTALADOS EM ESPAÇO PÚBLICO DO MUNICÍPIO E RENDAS RELATIVAS AOS QUIOSQUES DE FLORES SITUADOS NO LARGO MONTE D'ARCOS: *«Submete-se à consideração do Executivo Municipal a aprovação da seguinte proposta: a) Isentar, no primeiro trimestre de 2021, as taxas devidas pela ocupação dos quiosques instalados em espaço público do Município de Braga, tipificadas no artigo D-2/25.º e no artigo D-2/36.º do Código Regulamentar do Município de Braga, e as rendas relativas aos quiosques de flores situados no Largo Monte D'Arcos. Para o efeito, os serviços Municipais devem*



estabelecer e tornar pública a forma de operacionalizar a medida proposta, inclusive o procedimento de devolver/ compensar as taxas que já tenham sido liquidadas. Estima-se que a despesa associada à presente proposta possa atingir os 10.000,00€. Do teor da presente deliberação, deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal, por meios eletrónicos, no prazo de 48 horas, em cumprimento do estabelecido no artigo 2.º n.º 3 da Lei 6/2020, de 10 de abril, na sua redação atual, Tudo conforme proposta anexa.»

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.-----

O Sr. Vereador Artur Feio (PS) questionou se a mesma medida foi adotada, no último trimestre de 2020, já que nada foi aprovado nesse sentido em sede de Executivo Municipal. Assim, na sua perspetiva, os pressupostos que agora fundamentam a proposta de isenção, mantinham-se no último trimestre de 2020, pelo que, como medida compensatória, propõe que esta medida se prolongue, posteriormente, em mais 3 meses. O Sr. Presidente da Câmara clarificou que no último trimestre de 2020 os operadores económicos puderam laborar, pelo que as atuais circunstâncias não são as mesmas, uma vez que os operadores agora têm as suas atividades suspensas-----

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E O MERELINENSE FUTEBOL CLUBE: «Da Divisão de Desporto, Juventude, Associativismo e Participação Cívica, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a minuta do contrato programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar entre o Município de Braga e o Merelinense Futebol Clube, no valor de 30.897,00 €, minuta que se anexa Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E O SPORTING CLUBE DE BRAGA: «Da Divisão de Desporto, Juventude, Associativismo e Participação Cívica, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a minuta do contrato programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar entre o Município de Braga e o Sporting Clube de Braga, no valor de 349.500,00 €, minuta que se anexa. Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

APOIO EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA E BENEFICENTE DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BRAGA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO QUARTEL: «Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta para aprovação, nos termos do previsto na alínea j), do n.º 2, do art.º 23º, e das alíneas o) e bbb) do n.º 1, do art.º 33º. da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a atribuição de um apoio extraordinário à Associação Humanitária e

Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga, no valor de 100.000,00 €, com o objetivo de apoiar aquela associação na construção de um novo quartel.» DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.

A Sr.^a Vereadora Bárbara Seco de Barros quis enaltecer publicamente a atividade desenvolvida pela Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários, considerando esta uma parceria importante do Município.

ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO EXTRAORDINÁRIO AO CLUBE DE CAÇADORES DE BRAGA, NO VALOR DE 15.000,00 EUROS: *«Submete-se à Consideração do Executivo Municipal proposta no sentido de deliberar: A) A aprovação, nos termos do previsto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, da atribuição de um apoio extraordinário ao Clube de Caçadores de Braga, no valor de 15.000,00 euros, com o objetivo de apoiar aquela associação na criação de uma alternativa urgente ao campo de tiro n.º 5; B) A aprovação de que o valor do apoio seja abatido ao montante da proposta que vier a ser adjudicada para a construção definitiva do referido campo de tiro, após parecer técnico favorável por parte dos serviços técnicos competentes da câmara municipal, quanto ao projeto e respetivos montantes; C) A aprovação no sentido da Câmara diligenciar pela legalização do campo de tiro n.º 5 perante a Direção Nacional da PSP, pela legalização das especialidades relativas à energia elétrica, saneamento e águas, e pela autorização para a ligação aos campos existentes, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis. Tudo conforme proposta em anexo.»*
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.

REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES DE BRAGA: *«Submete-se à Consideração do Executivo Municipal, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES DE BRAGA, do qual faz parte integrante a TABELA DE TAXAS/PREÇOS/RECEITAS MUNICIPAIS e respetiva fundamentação económica e financeira, conforme proposta que se anexa. Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.»* **DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.^a VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA). ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.^a**



VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E A SR.^a VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS) E A SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). O Sr. Presidente da Câmara começou por explicar todo este *dossier*, começando por dizer que este equipamento, apesar de ser propriedade do I.M.T., esteve durante décadas na gestão e exploração de uma empresa transportadora. *"Ainda antes da tomada de posse deste Executivo) o I.M.T chegou a tentar endossar o edifício à Câmara Municipal de Braga, tendo na altura o Executivo recusado essa mesma cedência; posteriormente, este Executivo reivindicou essa mesma transição, ao abrigo da Lei, sendo que então o I.M.T. não quis ceder o equipamento, o que levou a que a consumação de todo o processo apenas tivesse ocorrido há alguns meses. Atualmente, o edifício é propriedade plena da Câmara Municipal de Braga. O equipamento tem um estado de conservação inaceitável, e carece de várias intervenções, sendo intenção do Município, numa primeira fase, qualificar imediatamente alguns espaços públicos e, numa segunda etapa, (num horizonte não muito distante) avançar com uma intervenção mais profunda em todo o espaço envolvente. É também a intenção do Executivo a criação de um novo espaço intermodal para transportes; inicialmente, estava previsto que pudesse ser concretizado ao lado da atual estação de caminhos de ferro; perante as notícias recentes de reanimação do processo da linha de alta velocidade e criação de uma nova estação ferroviária, não faz sentido fazer-se uma estação intermodal numa estação que será utilizada apenas supletivamente, pelo que o desenvolvimento desse processo está a ser acompanhado, junto do Ministério das Infraestruturas. De qualquer forma, a nova estação intermodal, será sempre complementar a este Centro Coordenador."* O Sr. Vereador Artur Feio (PS) tomou a palavra para dizer que por trás do documento agora sujeito a votação, existe uma visão estratégica para o Município, pelo que importa o debate para além do regulamento propriamente dito. *Este é um documento que habilita o Município a tomar um conjunto de decisões, mas a verdade é que a estrutura do edifício e a sua funcionalidade, são paupérrimas, pelo que importa torná-lo mais eficiente. Poder-se-ia dizer que haveria um esbanjar de dinheiro público num projeto que será a curto prazo; mas a verdade é que dificilmente, numa expectativa de curto prazo, haverá capacidade de o Município investir por si, ou cofinanciado, numa estrutura que seja um substituto natural da Central de Camionagem. Ou seja, o Município vai ter de gastar dinheiro para fazer intervenções, ainda que sejam paliativas, num edifício que não tem nenhuma condições (e falamos, nomeadamente, das coberturas provisórias, dos cais de cargas e descargas de pessoas, que continua a descoberto, das atividades comerciais que se situam em espaços sem condições...);* Para o Sr. Vereador, deveria existir a obrigação de criação de um projeto, ainda que fosse a curto prazo, mas que desse, efetivamente, uma alma nova àquele espaço. Tendo sido Braga considerado o melhor destino Europeu de 2020, parece-lhe negativo que o cais de receção de pessoas na cidade tenha o aspeto e as condições que a central de camionagem tem. Concluiu,

reforçando que o Município deveria criar um projeto - ainda que paliativo- para dar outra dignidade e funcionalismo àquele espaço, por onde, diariamente, passam mais de 7 mil utilizadores. A Sr.^a Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU), relativamente a esta matéria, revelou a preocupação sobre o estado de conservação do equipamento. Referiu ainda que este será um novo desafio para a Câmara Municipal, de desenvolver um projeto de requalificação e melhorias no espaço (físicas e não só, também numa resposta que pode dar a este serviço público). Embora seja intenção do Município a criação de um novo interface no concelho, a Sr.^a Vereadora felicita que este projeto sempre seja complementar ao já existente. Salienta ainda que esta é uma das entradas principais no Concelho (quer para trabalho, quer para pessoas que vêm em visita à cidade). Quanto ao regulamento, a Sr.^a Vereadora fez alusão à própria proposta que considera que esta é uma área de negócio que é nova para o Município, pelo que sugeria que fosse aditada uma alínea no texto do mesmo, prevendo a necessidade de revisão regulamentar no prazo de 1 ano (não excluindo a necessidade de, até lá, serem feitos os necessários ajustes). O propósito desta alínea será a criação de um documento que se adegue melhor à realidade do local. Fruto de uma auscultação dos principais sindicatos que atuam junto do setor rodoviário, a Sr.^a Vereadora da CDU suscitou algumas questões: 1) No regulamento não é feita menção a algumas áreas destinadas aos profissionais da central da camionagem (falamos de áreas sociais para os trabalhadores, que consistem numa sala de estar, uma cantina, um vestiário e instalações sanitárias próprias). A Sr.^a Vereadora entende que este tipo de instalações devem estar dotadas das melhores condições, e serem também prioridade na intervenção que será levada a cabo, de forma a garantir que os trabalhadores tenham boas condições no seu dia-a-dia. 2) Relativamente aos trabalhadores do espaço: o Município vai alocar pessoal para a gestão, no próprio edifício (nomeadamente para garantir que o cumprimento das disposições regulamentares, auxílio e informação aos utentes do espaço, etc.) Na verdade, alguns trabalhadores estão atualmente com estas funções, alocados pela operadora privada que geria aquele espaço nos últimos anos. Em muitos casos são trabalhadores que, não tendo carta de condução de pesados, não poderão ser absorvidos pela operadora para as suas principais funções (motoristas). Nesse sentido, a Sr.^a Vereadora questiona se o Município já encetou alguma conversação com a operadora, por forma a aferir se pode absorver estes trabalhadores, que já têm know-how no local, com aquelas funções. Caso não seja possível, estes trabalhadores correm mesmo o risco de serem despedidos. 3) A Sr.^a Vereadora Bárbara Seco de Barros solicitou ainda um esclarecimento, que se prende com a permanência dos autocarros estacionados, durante a noite, dentro da central de camionagem. O regulamento refere que os cais são distribuídos pelas operadoras, de forma equitativa; mas para além dos cais, existe o espaço mais central, onde as operadoras costumam estacionar as camionetas depois de serem utilizadas, nomeadamente durante o período da noite. Existe a ideia de que, para breve, estará uma obrigação de retirar os transportes



do estacionamento no interior do local. Embora algumas operadoras tenham garagens próprias, muitas delas estão espalhadas pelos vários concelhos onde costumam prestar serviços, e por norma utilizam também como garagem as várias centrais de camionagem. Na própria tabela de taxas, agora a votação, está, de facto, prevista uma taxa de ocupação, por hora (período noturno) ou durante toda a noite... a questão que coloca a Sr.^a Vereadora é se as camionetas que ficavam lá estacionadas já pagavam esta taxa, ou se se trata de uma taxa nova? Esta questão poderá também acarretar um aumento do volume de tráfego automóvel na cidade, o que será de evitar. O Sr. Presidente da Câmara começou por esclarecer que, quanto ao pessoal, não há nenhum mecanismo legal que permita a migração desses recursos humanos para a Câmara Municipal. Mais referiu que, tendo sido a gestão do espaço atribuída a uma operadora, conferiu-lhe um conjunto de benefícios próprios que ela foi tirando partido ao longo dos anos, mas que agora deixa de existir, uma vez que passa a ser tratada como qualquer outro operador; assim, qualquer iniciativa sobre gestão do espaço/permanência de viaturas/instalação de serviços no local, passam a ser espaços geridos, de forma uniforme, para todos os operadores, deixando de existir agora o privilégio até então existente. A Sr.^a Vereadora Olga Pereira (Coligação Juntos por Braga), relativamente aos profissionais, corroborou o referido pelo Sr. Presidente; mais clarificou que os serviços que o operador presta e que o Município irá absorver no imediato – designadamente os serviços de limpeza e vigilância noturna – serão prestados pelos privados, com recurso a prestações de serviços. Os outros serviços, que visam assegurar o movimento da central, serão prestados com recurso aos trabalhadores da Transdev. A Sr.^a Vereadora não considera necessária a introdução da cláusula proposta, na medida em que a revisão regulamentar poderá ser feita a todo o tempo. No que concerne às áreas destinadas aos profissionais, estas não estão descritas, assim como não estão as demais, uma vez que ainda está a ser feito o levantamento exaustivo das instalações atualmente existentes. De qualquer forma, referiu não existir qualquer intenção de interferir com as áreas existentes e que são destinadas aos profissionais, reconhecendo que as mesmas carecem de condições dignas. Quanto à última questão suscitada, esclareceu que o operador que explora a central de camionagem atualmente, não cobra qualquer valor pelo estacionamento, assim como não cobra taxas de entrada e saída, porque não se sente legitimado para esse efeito; ademais, os autocarros com permanência noturna na central são, na sua grande maioria, desse mesmo operador. Concluiu, dizendo que Município irá alocar o parque de estacionamento de S. Martinho, como retaguarda ao funcionamento da central de camionagem. -----

PROPOSTA RELATIVA A RENEGOCIAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA DA ESCRITURA DE CONCESSÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE – KIB-KARTING INVESTIMENTOS DE BRAGA, S.A.: «Da Vice-Presidente Dr.^a Sameiro Araújo submetendo à consideração do Executivo Municipal proposta relativa a renegociação da cláusula quarta da escritura de concessão do direito de superfície, atribuída por um período de 44 anos à

Sociedade KIB-Karting Investimentos de Braga S.A, sobre uma parcela de terreno com a área de 4244,99 m2, sito no Lugar da Aldeia, freguesia de Palmeira, deste concelho, cujo valor a pagar em 2021, devido à situação de pandemia, deverá ser de 500,00 €, idêntico ao valor fixado para o ano de 2020. Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.» DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROPOSTA RELATIVA A RENEGOCIAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA DA ESCRITURA DE CONCESSÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE – KIB-KARTING INVESTIMENTOS DE BRAGA, S.A.: «Da Vice-Presidente Dr^a Sameiro Araújo submetendo à consideração do Executivo Municipal proposta relativa a renegociação da cláusula terceira da escritura de concessão do direito de superfície, atribuída por um período de 50 anos e 1 dia à Sociedade KIB-Karting Investimentos de Braga S.A, sobre uma parcela de terreno, sito no Lugar da Póvoa, freguesia de Palmeira, deste concelho, destinada à prática de desportos motorizados e instalações e equipamento, cujo valor a pagar em 2021, devido à situação de pandemia, deverá ser de 500,00 €, idêntico ao valor fixado para o ano de 2020. Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.» DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

VOTO DE LOUVOR: «DA SR^a. VEREADORA SAMEIRO ARAÚJO, submetendo à consideração do Executivo Municipal a atribuição de voto de louvor público à atleta do Sporting Clube de Braga, Mariana Machado pela conquista do título de campeã nacional absoluta dos 3000 metros em pista coberta.» DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS. -----

-----OUTROS ASSUNTOS:-----

Pelo Sr. Vereador Artur Feio (PS), foi deixada uma preocupação que lhe foi transmitida por uma Associação da área da restauração. Apesar de este assunto não estar diretamente relacionado com o Município, mas mais com CIM, a verdade é que a CIM Cávado não deu “luz verde” a uma possibilidade de investimento estrutural para a requalificação de espaços de restauração, tendo a opção recaído apenas sobre a indústria. Face a todos os constrangimentos que este setor de atividade tem vindo a atravessar, não ter a possibilidade de ter este canal de investimento aberto, causa alguma “mossa”, o que, a todos que estão envolvidos com a restauração, preocupa.-----

Pela Sr.^a Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU), foi questionado o ponto de situação relativamente a um (projeto de) passadeira, a situar em EN, em frente ao Centro Empresarial de Ferreiros. A Sr.^a Vereadora criticou a falta de diálogo que tem existido da parte das Infraestruturas de Portugal para com o Município, face às intervenções que tem desenvolvido em Braga.

Tomou a palavra o Sr. Vereador João Rodrigues (Coligação Juntos por Braga) para dar nota que não lhe foi transmitida qualquer informação sobre este assunto por parte dos serviços Municipais.

Relativamente à questão suscitada pelo Sr. Vereador Artur Feio, esclareceu o Sr. Presidente da Câmara que "já houve uma reunião com o Secretário Executivo da CIM, sobre as razões que levaram o Conselho Intermunicipal a optar pelo leque de prioridades que foram identificadas para seriação das candidaturas ao programa de apoio à produção nacional; aliás, a realidade tem demonstrado a razoabilidade dessa mesma opção: as duas CIM's que privilegiaram o setor da restauração, estão com taxas de candidatura muito baixas, enquanto que a Área Metropolitana do Porto, a CIM do Cávado e outras, que seguiram metodologias alternativas e que elegeram outros setores, já têm praticamente esgotadas as candidaturas e eventualmente não terão verbas disponíveis para corresponder às necessidades. Portanto, entendeu-se que neste modelo de apoio, o setor da restauração não deveria ser privilegiado, daí que se tenha adotado por este outro modelo, numa decisão entre os 6 concelhos que compõe a CIM do Cávado, e também seguindo outras práticas por todo o Norte, nessa matéria."

ENCERRAMENTO: Às 10H40m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso.,

